

A photograph of a large white cylindrical water tower situated on a hillside. The tower is partially obscured by dense green bushes and trees in the foreground. The sky is a clear, bright blue with a few wispy white clouds. In the bottom right corner, a portion of a white building with a blue roof is visible.

ÁGUAS DO LENA, S.A.  
**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2015**



## ÍNDICE

<b>Síntese de Dados/Indicadores</b>	<b>2</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>4</b>
<b>Apresentação da Empresa</b>	<b>5</b>
Breve Historial	5
Estrutura Acionista	6
Órgãos Sociais	5
<b>Missão e Posicionamento Estratégico</b>	<b>7</b>
Missão	7
Visão	7
Valores	7
Objetivos Estratégicos	7
<b>Síntese de Atividade em 2015</b>	<b>9</b>
Envolvente Exterior	9
Enquadramento Macroeconómico	9
Enquadramento do Setor	11
Enquadramento Local	15
Regulação	17
<b>Estrutura Organizacional</b>	<b>18</b>
Organograma	18
Competências	19
Recursos Humanos	20
Regras Societárias	21
<b>Principais Acontecimentos em 2015</b>	<b>22</b>
Desempenho da Empresa	23
<b>Análise Económico Financeira</b>	<b>32</b>
Análise Gastos e Rendimentos	32
Análise do Balanço	34
Indicadores	35
Investimentos	35
<b>Perspetivas para o Futuro</b>	<b>36</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>37</b>
<b>Outras Informações</b>	<b>38</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>39</b>
<hr/>	
<b>Contas do Exercício de 2015 e Respetivo Anexo</b>	<b>40</b>
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	



## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

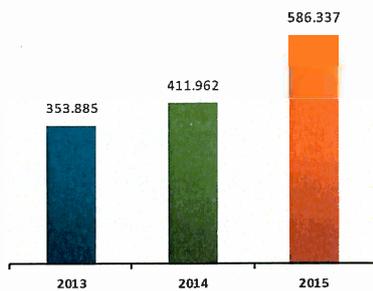
(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2013	2014	2015
Capital Social (€)	625.000	625.000	625.000
Capital Próprio (€)	353.885	411.962	586.337
Ativo Líquido Total (€)	1.948.507	1.794.270	1.849.272
Investimento (€)	124.156	79.081	42.689
Volume de Negócios (€)	1.057.377	1.018.486	1.150.356
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional) (€)	205.978	192.709	356.522
EBIT (Resultado Operacional) (€)	123.755	103.309	250.343
Resultados Antes de Impostos (€)	29.724	66.358	226.634
Resultado Líquido do Exercício (€)	24.439	58.077	174.375
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	6,91%	14,10%	29,74%
Rentabilidade do Ativo (%)	1,25%	3,24%	9,43%
Autonomia Financeira (%)	18,16%	22,96%	31,71%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	13	13	14
Nº de Clientes	7.713	7.702	7.744
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	15.805	15.805	15.805
População Servida	15.647	15.647	15.647
Volume de Água Disponível (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> ) (I)	1.206	1.078	1.133
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	897	841	912

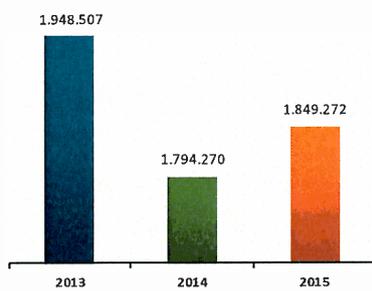
(I) Produzida + Comprada. Em 2015 a água comprada corresponde a 25,2% da água disponível



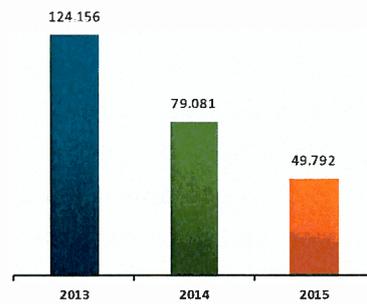
Capital Próprio (€)



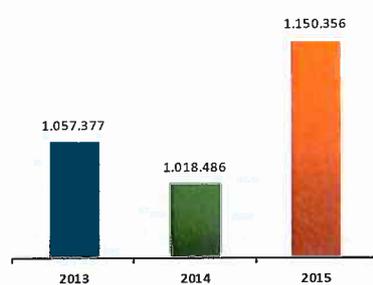
Ativo Líquido Total (€)



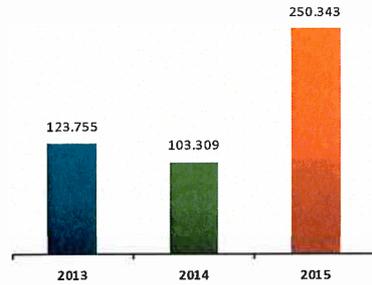
Investimento (€)



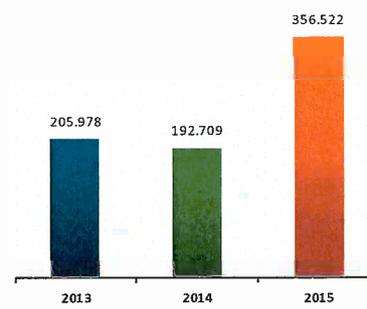
Volume de Negócios (€)



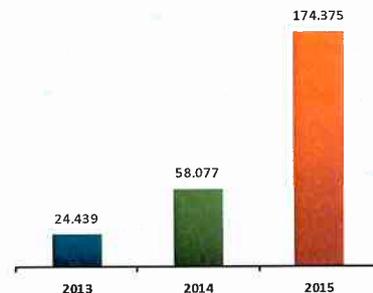
EBIT (Resultado Operacional) (€)



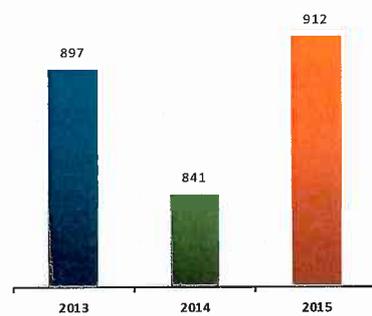
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



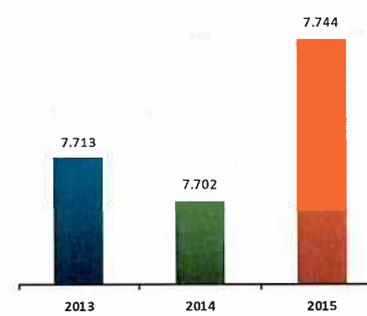
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Nº de Clientes



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A criação de valor nas empresas será sempre analisada à luz dos resultados obtidos, mas o caminho que leva a essa criação de valor é de muito mais difícil análise, disso é exemplo a evolução de performance da Águas do Lena. Os resultados e indicadores da empresa têm evoluindo de forma significativamente positiva e isso só tem sido possível com uma gestão muito experiente e cuidadosa, aliada a uma excelente cooperação com a Concedente. Apenas assim se consegue que uma empresa muito deficitária durante praticamente toda a sua existência, tenha obtido um voltar de página desta natureza, mantendo sempre os níveis de sustentabilidade económica para os seus clientes.

Nos dias de hoje a empresa apresenta uma melhoria notável da maioria dos seus indicadores, nunca é demais referir que as perdas de água estavam nos 43,3% em 2010 e que fechou 2015 com uma percentagem de água não faturada de 19,5%, permitindo assim atingir, de acordo com os critérios de avaliação desempenho da qualidade do serviço da entidade reguladora ERSAR, o patamar de Boa Qualidade do Serviço.

O ano de 2015 foi um ano em que houve uma inversão da tendência decrescente de volumes consumidos no sistema, o número de clientes aumentou e o mesmo aconteceu com o volume de negócios. O ano foi seco em relação a 2014, o que originou parte destas alterações de tendência que se vinham a sentir nos últimos períodos.

Em 2016 estou convicto que iremos conseguir melhorar ainda mais a nossa performance, em cooperação com a Concedente iremos finalizar o plano de melhoria dos sistemas e executar o aditamento ao Contrato de Concessão que permitirá a sua adaptação ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos, nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto e às Recomendações Tarifárias da ERSAR. Trata-se de um momento marcante que irá permitir à empresa aumentar a sua capacidade de atuação e melhoria e continuar a garantir no futuro as expectativas de todos os seus *stakeholders*.

Não queria acabar sem deixar de referir que estes indicadores, os resultados e o reconhecimento externo, são possíveis com elevados índices de motivação e trabalho, aliados a um forte sentido de responsabilidade e orgulho pela concretização de objetivos comuns a todos aqueles com quem a Águas do Lena trabalha todos os dias, nomeadamente Colaboradores, Câmara Municipal da Batalha, Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, Acionistas, restantes Entidades relacionadas e principalmente os nossos Clientes.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha. A concessão teve início em 24 de janeiro de 1997, data da assinatura do contrato de concessão por um período de vigência de 15 anos.

No dia 29/12/2010 concretizou-se a renovação do contrato de “Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha” por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012) de concessão ou seja decorrerá até ao dia 23/01/2020.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Municípios a quem presta a seu serviço.

A empresa **Águas do Lena S.A.** foi constituída em 15 de Novembro de 1996, com um capital de 625.000€ , actualmente detido na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 24 de Janeiro de 1997, por um período de 15 anos.



Municípios Abrangidos

**Batalha**

População Abrangida

**16 mil habitantes**

Taxa de Atendimento

**96% da população**

Principais Infraestruturas

**8 Captações próprias**

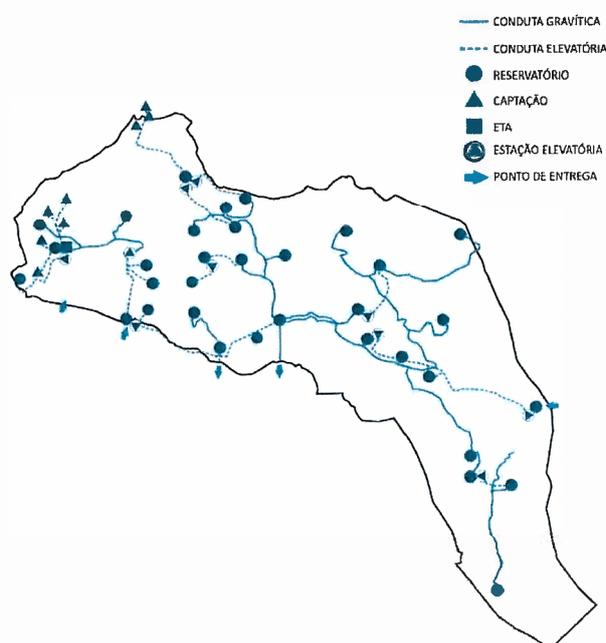
**2 Pontos de Entrega (compra)**

**2 Pontos de Entrega (venda)**

**9 Estações Elevatórias**

**34 Reservatórios (5.725 m<sup>3</sup>)**

**213 km de rede**



## Estrutura Acionista

A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

## Órgãos Sociais

### ▪ Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Dr.ª Susana Daniela Simões Braga – Secretário.

### ▪ Conselho de Administração:

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;  
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;  
Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

### ▪ Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representado por  
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro.

## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### VISÃO

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### VALORES

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global

- Garantir a satisfação de todos os stakeholders;
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto “ água” em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;

- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;
- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento.

### Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

### Área Técnica

- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Garantir a adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano;
- Manter o selo da qualidade do serviço de abastecimento público de água.

### Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

### Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.

## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2015

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

No decorrer do ano de 2015 assistimos a uma recuperação da economia portuguesa a um ritmo relativamente moderado. No primeiro semestre do ano verificou-se um crescimento do PIB de 1.6% face ao período homólogo, decorrente da aceleração da procura interna e das exportações, crescimento este que diminui no segundo semestre do ano e encerra nos 1.5%.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.21%.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2013	2014	2015
<b>Euribor 1M</b>	0,22%	0,02%	-0,21%
<b>Euribor 3M</b>	0,29%	0,08%	-0,13%
<b>Euribor 6M</b>	0,39%	0,17%	-0,04%
<b>Euribor 12M</b>	0,56%	0,33%	0,06%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou desde o segundo semestre de 2014 uma queda muito significativa, situando-se o Brent abaixo dos 40 Euros/Barril no final do ano de 2015.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

##### Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderada, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2015, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.5%, o que representa um aumento de 0.8% face aos valores de 2014.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.5%, (aumento de 0.7% face ao ano de 2014).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2013	2014	2015
PIB	(1,4%)	0,9%	1,5%
IPC	0,3%	(0,3%)	0,5%
IHPC	0,4%	(0,2%)	0,5%
Desemprego	16,2%	13,9%	12,2%
Consumo Privado*	(1,4%)	2,1%	2,7%
Consumo Público*	(1,9%)	(0,1%)	0,1%
Exportações*	6,4%	2,9%	5,3%
Importações*	3,6%	5,3%	7,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE  
\* Dados 3 Trimestre de 2015

A taxa média de **desemprego** em 2015 ascendeu a 12.2%, menos 1.7% do que no período homólogo.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verificamos uma aceleração das exportações de 2.4% e importações num total de 2%.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2013	2014	2015
Média Tensão	149	155	161
Baixa Tensão Especial	162	169	175
Baixa Tensão Normal	138	142	146

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

No que diz respeito ao enquadramento internacional, as atuais projeções antecipam uma recuperação do PIB e do comércio mundial para os anos de 2016 e 2017 após a desaceleração observada em 2015.

A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá aumentar, refletindo a aceleração da economia mundial, principalmente dos mercados fora da zona euro. A procura interna deverá apresentar um crescimento robusto, compatível com a redução da alavancagem das famílias e empresas não financeiras.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2015

Em termos do enquadramento do sector ao nível internacional, a acessibilidade dos serviços de fornecimento de água potável e saneamento de águas residuais, a eficiência dos sistemas e a utilização racional e sustentável dos recursos continuaram a marcar a agenda mundial, constituindo especial preocupação das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e ONGs.

Tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, as Nações Unidas aprovaram em 2015 a nova agenda 2030 e os respetivos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, onde se estabelece até 2030:

- Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
- Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos;
- Melhorar a qualidade da água e redução da poluição, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização;
- Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
- Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água;
- Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento;
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Ao nível Nacional, em 2015 destacam-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, dois acontecimentos:

- Conclusão do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, SA (EGF);
- Agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta;
- Início dos processos de harmonização tarifária.

## Portugal – Enquadramento legislativo

Durante os anos de 2013, 2014 e 2015, o Governo Português publicou um conjunto de diplomas e planos estratégicos que constituem o enquadramento legal e institucional para uma mudança que já peca por não ter acontecido há longos anos: a reestruturação de um setor com fortes desequilíbrios económico-financeiros.

Efetivamente, durante 2013 foram aprovados e publicados dois importantes diplomas: a Lei nº 35/2013, de 11 de Junho, que altera a chamada Lei de Delimitação de Sectores, e um mês depois, o Decreto-Lei nº 92/2013, de 11 de julho, que procede à revogação do decreto-lei 379/93, de 5 de novembro e cria o novo regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento.

Pode ler-se na exposição dos motivos destes dois diplomas que a linha de atuação projetada pelo Governo assenta:

- na promoção do equilíbrio tarifário,
- na resolução dos défices tarifários,
- na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais, e
- na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão.

Concretamente na alteração da Lei de Delimitação de Sectores, o Governo considerou que o regime jurídico era especialmente limitativo no acesso da iniciativa privada à gestão de sistemas multimunicipais, e assim, a estratégia definida de maior abertura do subsetor da água aos privados concretiza-se através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas multimunicipais poderem subconcessionar tais atividades a privados.

O Estado mantém contudo a natureza pública dos sistemas multimunicipais, bem como os poderes de direção, autorização, aprovação, fiscalização e suspensão dos respetivos atos.

Em 2014, foram publicados os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, através da Lei nº 10/2014, de 6 de Março. A ERSAR passou a ser uma entidade administrativa independente, com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão e que tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Realce-se pela positiva que a ERSAR é a partir de agora independente, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental.

Foram também publicados a Lei nº 12/2014, de 6 de Março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 194/2009 no sentido de modificar os regimes de faturação e contraordenacional, e o Decreto-Lei nº 114/2014, de 21 de julho, este último diploma denominado como “Lei da Fatura Detalhada”.

Já em 2015, o Governo aprovou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) através do Despacho nº 4385/2015, do Secretário de Estado do Ambiente.

Igualmente em 2015, foram criados os novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo e cujos diplomas criam a sociedade Águas do Centro Litoral, S. A., a sociedade Águas do Norte, S. A., e a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e atribui-lhes as respetivas concessões da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento que consubstanciam um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A estratégia delineada pelo Governo, concretizada na publicação da Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, e do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, acima mencionada, assenta na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, de forma a promover, na ótica do Governo, a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços e preservando sempre a sua natureza pública.

Relativamente à área dos resíduos, os anos de 2014 e 2015 foram talvez os mais ricos em mudanças da última década. Efetivamente, as profundas alterações legislativas, (foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares), o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários, o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde e também o Plano nacional de Gestão dos Resíduos (PNGR), constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos.

### Portugal - Atividade do Setor 2015

Em Portugal existem 385 entidades gestoras, das quais 277 com atividade de abastecimento público de água (excluindo-se cerca de 85 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores), 283 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 282 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, que se observam não só na escala e nos recursos das entidades gestoras mas no próprio modelo de gestão adotado.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2014), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (167) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 70%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 196 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 76% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	11	16
Concessões Municipais	1	2
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>19</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

As entidades gestoras “em baixa” são 347 no domínio do abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 264 no domínio do saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 3 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, e as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,8 milhões de habitantes e 197 municípios, seguindo-se concessões municipais (1,7 milhões de habitantes), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes) e os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	1	-
Concessões Municipais	28	23
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	24
Juntas de Freguesia/ Associação de utilizadores	85	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19
Serviços Municipais	188	197
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>264</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

De acordo com a ERSAR a **acessibilidade do serviço** de abastecimento de água em baixa é boa para o território continental. Quanto ao saneamento, é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas predominantemente rurais e mediantemente urbanas:

<b>Abastecimento de água em Portugal continental</b>	
<b>Serviço em baixa (para 90% das entidades)</b>	
Acessibilidade física do serviço	95%
Área predominantemente urbana	100%
Área mediantemente urbana	94%
Área predominantemente rural	92%

<b>Saneamento de águas residuais em Portugal continental</b>	
<b>Serviço em baixa (para 89% das entidades)</b>	
Acessibilidade física do serviço	83%
Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	78%
Área predominantemente rural	70%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

## ENQUADRAMENTO LOCAL

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km<sup>2</sup>, sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós.

No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 99%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (71,9% de água fornecida), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 97,31 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 8,3% no número de contratos e 16,7% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido maioritariamente a partir de captações subterrâneas do próprio sistema e uma pequena parte pelo Município de Porto Mós de origem igualmente subterrânea.

É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros e do Paúl que representa 3,9% do volume de negócios.

A água fornecida à população apresenta um bom padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 99,85% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos bianual fornecido pela Concessionária à Concedente. A concessionária tem, no entanto, vindo a fazer um esforço na sua modernização ao nível dos grupos de elevação, remodelação e ampliação do sistema de controlo por telegestão, manutenção e renovação dos reservatórios, estações elevatórias e edifícios de apoio.

## Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

O referido contrato encontra-se em fase de apreciação pelas partes, no sentido da adaptação legal ao Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.

Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de Agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de Janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, parecer da entidade reguladora ERSAR e apreciação da Concedente. A sua entrada em vigor encontra-se pendente da aprovação do 2º aditamento do contrato de concessão.

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, (ERSAR), entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Esta entidade realiza anualmente o ciclo de avaliação de desempenho que as entidades gestoras, que decore com envio os dados até 31 de março e posterior auditoria da ERSAR e validação final após contraditório.

Já a nível da qualidade da água, as entidades gestoras tem a responsabilidade de submeter em setembro de cada à ERSAR o Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte para aprovação.

- **Autoridade Concelhia de Saúde**. A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Aguas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Aguas do Lena.

Em 2012 a comunicação de incumprimentos passou a ser realizada através de uma nova metodologia, conforme solicitação da Unidade de Saúde Pública -ACES Pinhal Litoral II, que até aquela data era realizada à Autoridade Saúde Local.

A partir de agosto de 2012 a Águas do Lena, reporta os incumprimentos verificados, bem como o seu seguimento e fecho, ao Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, visando assim uma articulação direta com a unidade central, que avalia este tema.

Não obstante, este novo procedimento, a Águas do Lena mantém a comunicação simultânea à Autoridade de Saúde Local, mantendo a boa cooperação existente com essa entidade.

- **Agência Portuguesa do Ambiente**– Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior e o os resíduos produzidos no âmbito da atividade.

Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em “baixa” e em “alta” (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Lena integra-se na estrutura da Aquapor, sua acionista a 100%, que agrega empresas operadoras no mercado nacional com atividade essencialmente retalhista no sector de abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Esta estrutura foi constituída com os meios próprios e responsabilidades pelos resultados com uma gestão operativa descentralizada.

### Organograma



## Competências

O **Conselho de Administração** é composto por 3 elementos e é o órgão responsável pela gestão das atividades da sociedade. Compete-lhe a definição de linhas de orientação estratégica adotando formas de atuação conducentes com os objetivos pretendidos.

Compete ao **Administrador Executivo** a gestão corrente da Concessionária, a definição de objetivos, a execução de orçamentos e planos anuais de atividade, a aquisição e prestação de serviços, o controlo da exploração do Sistema de Abastecimento, o desenvolvimento de atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos e a criação de condições de operacionalidade necessárias, a proposição de investimentos, a representação da Sociedade junto da Concedente, dos seus clientes, e de entidades representantes da Sociedade, e garantir o abastecimento ao Concelho nas devidas condições de qualidade, quantidade e continuidade.

A **Área Administrativa** integra quatro sectores de atuação distintos, com as seguintes competências:

**Sector de Faturação**, a quem compete a gestão da aplicação comercial e todos os processos associados à faturação do serviço de fornecimento de água, desde leituras de contadores de água, , otimização de giros, inspeções e controlo de grandes consumidores, emissão de faturas periódicas de fornecimento de água e atualização da base de dados de clientes.

**Sector de Gestão de Clientes e Gestão de Dívida** a quem compete o atendimento não presencial de clientes, a gestão do processo de suspensão de serviço de fornecimento de água, rescisão de contratos por falta de pagamento e controlo da dívida.

**Sector de Atendimento ao Cliente**- a quem compete a realização de cobrança de faturas, emissão de serviços solicitados pelos clientes, celebração e rescisão de contratos solicitados pelos clientes.

No âmbito de responsabilidades do **Sector de Compras e Gestão de Armazém**, encontra-se gestão de serviços solicitados pelo clientes , emissão e controlo de folhas de obra de manutenção do sistema, imputação de custos, emissão e controlo de faturas de serviços, gestão do armazém, prospeção comercial e económica de fornecedores, classificação de faturas de fornecedores e lançamento de despesas de caixa.

A **Área Operacional** que tem como atribuições, atividades inerentes à manutenção da rede de abastecimento, condução e operação de estações elevatórias, instalação e substituição de contadores de água, construção de ramais de água, reparação de roturas na rede de abastecimento e todas as atividades decorrentes da gestão de clientes, que requerem a intervenção deste sector.

A **Área Qualidade e Monitorização** tem como atribuições a elaboração e implementação do Plano de controlo de qualidade da água (PCQA), análise dos resultados do controlo analítico e sua divulgação. É igualmente responsável pela implementação e acompanhamento do controlo analítico operacional.

## Recursos Humanos

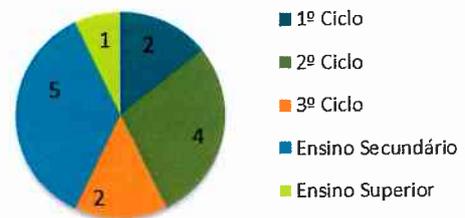
Em 31 de dezembro de 2015 a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2013	2014	2015
Contrato sem Termo	11	12	13
Contrato Termo Certo	2	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>14</b>

Tipo Contrato	Saídas '15	Admissões '15
Contrato sem Termo	0	0
Contrato Termo Certo	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2015 a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	2	0	2
2º Ciclo	4	0	4
3º Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	4	1	5
Ensino Superior	0	1	1
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Quadros Superiores	0	1	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	11	1	12
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	3	0	3
5 a 10 anos	5	0	5
10 a 15 anos	2	1	3
> 15 anos	2	1	3
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

O nível etário médio é de 43 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
30 a 34 anos	2	0	2
35 a 39 anos	2	0	2
40 a 44 anos	1	2	3
45 a 49 anos	5	0	5
55 a 59 anos	1	0	1
> 60 anos	0	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

### Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2015

### Factos Relevantes

A Águas do Lena completou em 2015, 19 anos de serviço público, evidenciando uma maturidade muito interessante, sustentada numa melhoria contínua que se tem traduzido num crescente incremento de eficácia e eficiência ao nível técnico-operacional assim como na área administrativa e de gestão de clientes.

Em termos gerais em 2015 verificou-se uma inversão da tendência de redução na **venda de água** face a 2014, registando-se um volume de água faturado de 911.668 m<sup>3</sup>, o que representa um aumento no volume de água de 8,4% e de 13,9% nas vendas face ao ano anterior.

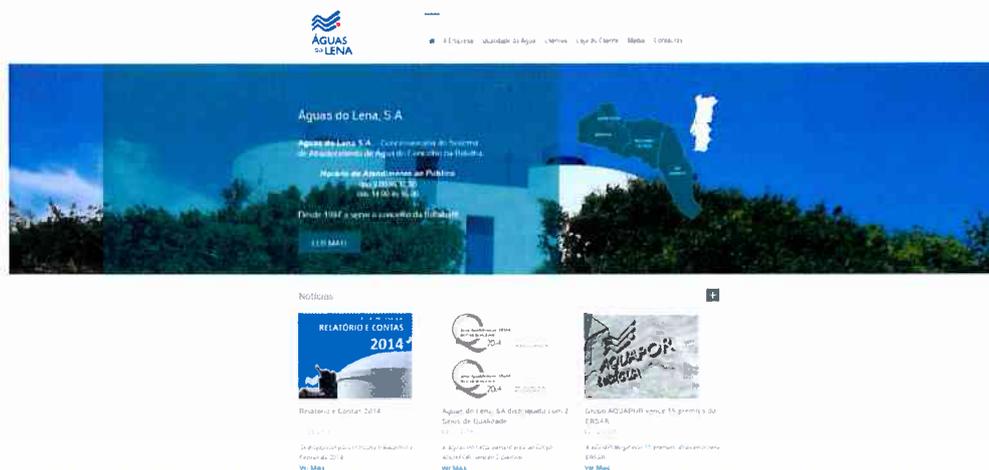
Relativamente à **eficiência da rede** de abastecimento, em 2015 regista-se uma melhoria em 2,5 p.p, da qual resulta uma percentagem de **água não faturada** de 19,5%, permitindo assim atingir, de acordo com os critérios de avaliação desempenho da qualidade do serviço da entidade reguladora ERSAR, o patamar de **Boa Qualidade do Serviço**.

Este nível de qualidade de serviço foi alcançado pelo esforço contínuo da organização quer ao nível técnico – operacional como é o exemplo da monitorização de consumo noturnos e a realização de campanhas de deteção de fugas, como a nível comercial através da determinação mensal de perdas de água por áreas de faturação e acompanhamento do perfil de consumo dos clientes, acompanhamento do perfil de consumos noturnos através do sistema de telegestão, acrescido de um forte envolvimento de todos os colaboradores.

No domínio da **gestão de infraestruturas**, a Águas do Lena deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, o qual se centrou em intervenções de reabilitação e beneficiação de reservatórios e estações elevatórias, substituição da válvula de seccionamento e ventosas na rede de abastecimento, revisão de redutoras de pressão, renovação de ramais de água.

Efetuiu-se igualmente melhorias na área da **gestão de cliente** das quais se destaca as seguintes ações:

- Remodelação do **site da empresa**, com uma imagem mais moderna, mais apelativa e de mais fácil e rápida navegação, melhorando substancialmente a facilidade de utilização por parte do cliente.



- Em 2015 a Águas do Lena passou a utilizar um **novo modelo de fatura**, com uma nova imagem, informação mais detalhada e novos conteúdos. O novo modelo de fatura adota os mais recentes requisitos legais de recomendações da Entidade Reguladora, contendo ainda outras melhorias em resultado das sugestões dos nossos clientes, como é o exemplo o tamanho de letra.

- **Alteração de Canais de cobrança de faturas** que em 2015 passou a ser realizada pela PT – Portugal Telecom (PT-Pay). A alteração mais significativa para os clientes residiu nos que efetuavam pagamentos nos agentes PAY-SHOP e que passaram a realizar esses pagamentos nos agentes PAGAQUI com mais de 2.200 agentes em todo o País.

### Desempenho do Sistema

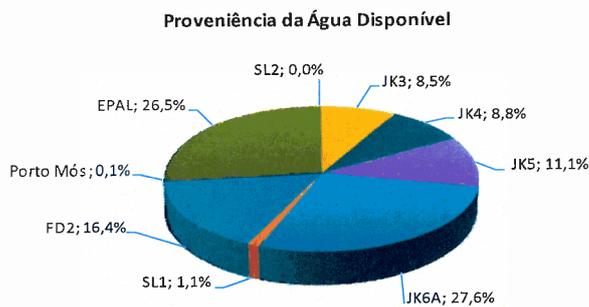
Em 2015 foram fornecidos ao Sistema de Abastecimento do Concelho 1.132.390m<sup>3</sup>, tendo em julho ocorrido o volume mensal máximo (124.990m<sup>3</sup>), e em fevereiro o mínimo (71.170m<sup>3</sup>) e representado um incremento de 5% fase ao ano anterior, fruto de aumento das vendas de água.

Como notas dominantes, em relação ao ano anterior, destaca-se:

- redução do volume de água captada a partir das captações de Pinheiros em cerca de 16,5%, que corresponde a 99.599 m<sup>3</sup>;
- aumento do volume de água captada a partir das captações de Casal Mil Homens em cerca de 82,5%, que corresponde a 155.480m<sup>3</sup>;
- incremento do volume de água comprada a Porto de Mós em cerca de 28,3%, que corresponde a 379 m<sup>3</sup>.

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem, seja captada ou adquirida a terceiros.

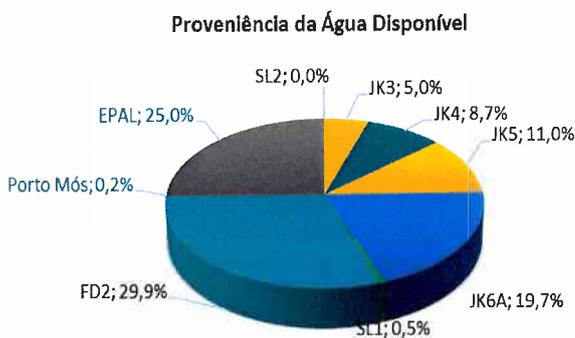
### Ano 2014:



### Água Produzida vs Água Comprada



### Ano 2015:



### Água Produzida vs Água Comprada



Constata-se que as origens próprias tem um peso de 74,8%, enquanto a água adquirida a outras entidades e de 25,2%.

Já em relação ao rendimento do sistema regista-se uma redução de perdas de água face ao ano anterior em 2,5p.p. correspondendo a um volume de 15.852 m<sup>3</sup>, o que permitiu obter uma melhoria no desempenho o sistema.

### Gestão dos Ativos

Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2015 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnico – operacional destaca-se a otimização dos recursos produzidos por captações próprias.

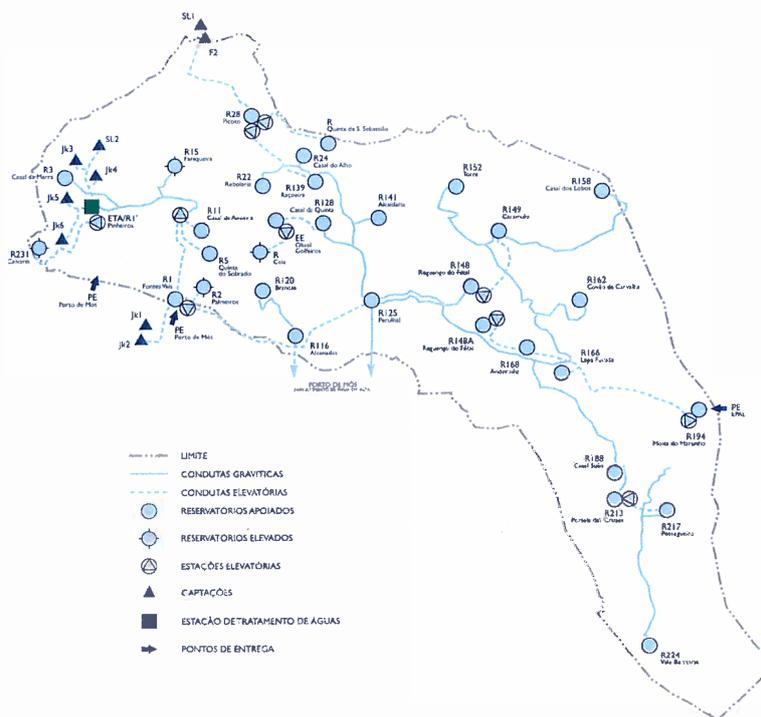
Foram realizados alguns investimentos, pela Aguas do Lena, na rede de abastecimento ao nível de modelação da pressão na rede, pela instalação de andares de redução de pressão e de sectorização da mesma pela instalação de válvulas de seccionamento e de contadores gerais, que permitiram melhorar a eficiência hídrica do sistema.



Foi apresentado à Concedente, Câmara Municipal da Batalha o plano de investimentos para o próximo biénio 2016 – 2017, considerados prioritários para a melhoria de eficiência e eficácia do sistema.

Na vertente comercial e organizacional, destaca-se a manutenção dos métodos de controlo de perdas físicas e comerciais e das atividades de inspeção com especial incidência nos clientes com consumo Zero, e seguimento de contratos com maior consumo.

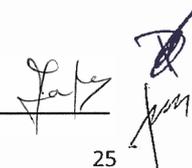
### Esquema de abastecimento de água ao Concelho da Batalha



### Perdas de Água

Em 2015 registou-se uma percentagem de perdas de água de 19,5% que face a 2014 (22%) traduziu-se numa redução em 2,5 p.p. Esta redução resultou do desenvolvimento de um conjunto de ações que incidiram essencialmente em:

- Instalação de contadores gerais;
- Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;
- Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;
- Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 28 localidades do Concelho. Em 2014 foram detetadas 26 roturas, das quais 22 registaram-se em ramais de água e 4 em conduta;
- Instalação de 13 válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede;



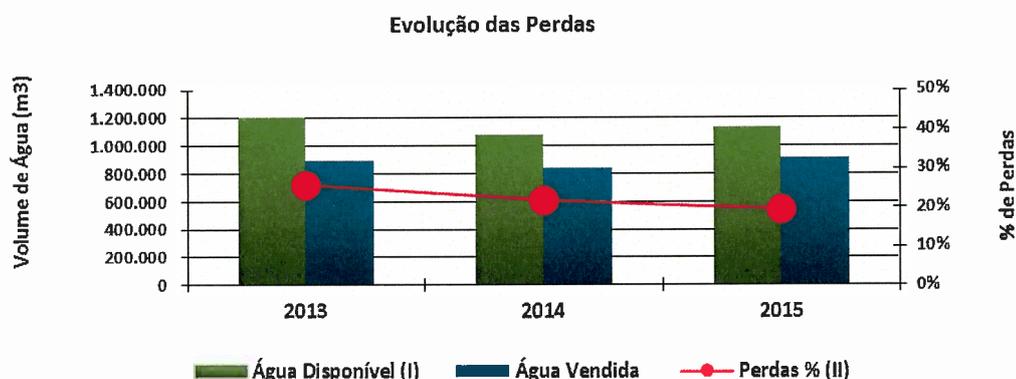
- Instalação de 2 VRP para regularizar a pressão na rede;
- Instalação de 11 ventosas ao longo da rede;
- Renovação do parque de contadores, num total de 6% dos contadores instalados;
- Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;
- Monitorização mensal dos Maiores consumidores.

A Aguas do Lena, em 2016 irá dar continuidade aos trabalhos de determinação de percentagem de perdas de água por área de faturação e monitorização dos consumos noturnos de forma a identificar e centralizar-se nas áreas geográficas onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes. Por outro lado irá dar igualmente continuidade ao estudo do histórico de consumos de clientes e reforçar a atividade de inspeção. Com estas ações pretende-se melhorar o rendimento da rede.

Volume de Água (m3)	2013	2014	2015	Varição 2014/15
Água Disponível (I)	1.206.380	1.078.114	1.132.546	5,0%
Água Vendida	897.126	841.384	911.668	8,4%
Perdas % (II)	25,6%	22,0%	19,5%	(2,5%)

(I) Produzida + Comprada (em 2014 a água comprada corresponde a cerca de 26,6%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



### Eficiência Energética

Durante o ano 2015 registou-se uma redução do consumo específico em 9,4% face a 2014 decorre da otimização dos recursos de produção própria e uma redução do custo específico em 9,8% fruto da otimização dos períodos de funcionamento dos grupos de elevação com especial impacto na redução das horas de ponta.

## Manutenção do Sistema

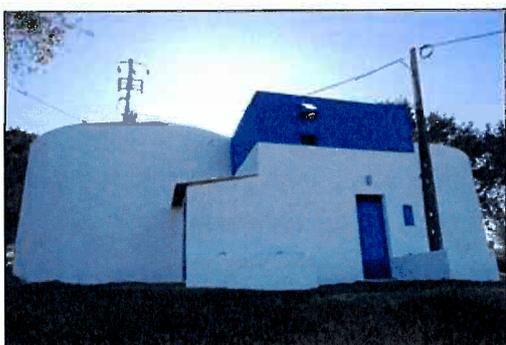
Toda a atividade de manutenção do sistema foi assegurada, tendo a mesma incidido na beneficiação e pintura de reservatórios, renovação de ramais domiciliários, manutenção de equipamentos afetos ao sistema de abastecimento, renovação do parque de contadores e manutenção da rede de abastecimento.

O **parque de contadores** foi renovado em cerca de 6% do total de contadores instalados o que corresponde a 457 substituições de contadores.

Em termos de **reparações na rede**, em 2015 registaram-se 171 reparações de roturas sendo 66 em conduta e 105 em ramais de água. Ao longo do ano registou-se igualmente a necessidade de se proceder à renovação de 72 ramais.

Comparativamente com o ano anterior, em 2015 registou-se o mesmo número de roturas na rede de abastecimento com maior incidência de ramais de água.

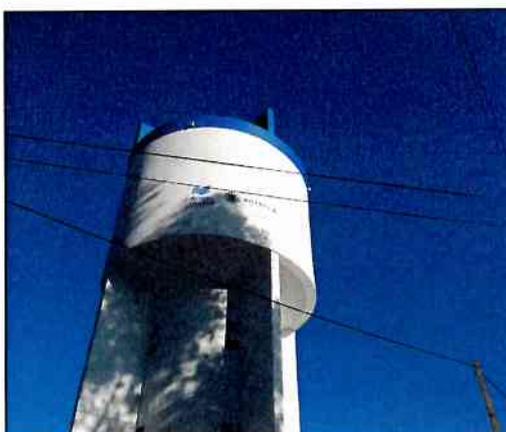
Em 2015 deu-se igualmente lugar à **manutenção** de um conjunto de **infraestruturas** do sistema com trabalhos de beneficiação geral, limpeza e pintura, designadamente estação elevatória do Picoto e da Moita do Martinho e reservatórios da Alcaidaria, Brancas, Faniqueira, Raçoeira, Casal do Alho, Lapa Furada, Quinta do Sobrado, Cela e Calvaria.



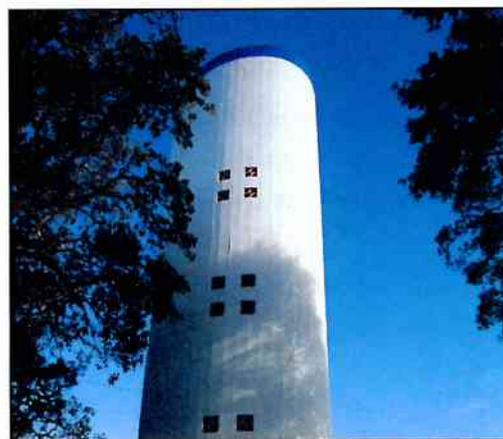
Estação Elevatória do Picoto



Reservatório das Brancas



Reservatório Faniqueira



Reservatório da Cela

No que respeita à atividade de **manutenção dos equipamentos**, em 2015 a Águas do Lena deu continuidade às intervenções de manutenção preventiva, sistemática e condicionada de acordo com o plano de manutenção, tendo-se registado cerca de 306 intervenções preventivas.

### Qualidade da Água para Consumo Humano

O produto água distribuído na torneira do consumidor, continua a ser um ponto com excelente padrão de qualidade, verificando-se um elevado cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos na legislação correspondendo a 99,85% de água segura.

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Alta e em Baixa) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei foi totalmente cumprido mediante a realização de 60 controlos de rotina I, 22 controlos de rotina II e 6 Controlos de inspeção, correspondendo a 660 determinações analíticas.

Em termos de resultados analíticos, em 2015 registou-se 1 resultado não conforme relativo ao parâmetro de Níquel na zona de abastecimento de Compra em Baixa - Palmeiros. Este incumprimento não foi comprovado nas análises de verificação realizadas nos dois pontos de amostragem definidos de acordo com a recomendação ERSAR, considerando-se uma situação pontual.

Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram:

- otimizar o doseamento do agente desinfetante
- avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento
- otimizar o sistema de correção de pH

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 29 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloração e medições de pH na rede afeta à zona de abastecimento dos Pinheiros.

Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 87 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA'S estabelecidos na legislação em vigor.

Das medições de campo realizadas ao cloro residual e pH registaram-se 190 e 12 medições, respetivamente.

Em 2015 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da sua colocação no Posto de Atendimento da Empresa, do envio para a Câmara Municipal da Batalha e para a Autoridade de Saúde Local e através da página da Internet. Anualmente os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR.

Apresenta-se seguidamente uma síntese dos dados da qualidade da água referente a 2015.

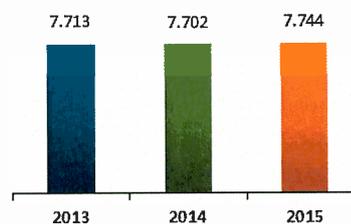
População Abrangida	15805
População Servida	15647
Nº de Zonas de abastecimento	4
Nº de análises regulamentares	660
Nº de análises - controlo operacional	297
% de análises em falta	0
% de análises em incumprimento	0,15%

## Área Comercial

Em 2015 a empresa celebrou 411 novos contratos o que, face às 369 baixas de contratos verificadas, resultou num incremento de 42 clientes, tal como podemos observar no quadro seguinte:

Novos Contratos	411
Baixas de Fornecimento	369
<b>Varição no nº de Clientes</b>	<b>42</b>

Número de Clientes



Este incremento, justifica-se provavelmente pelo facto do concelho da Batalha apresentar alguma oferta a nível de empenho e do mercado imobiliário de arrendamento e de ser um concelho apelativo para a fixação de novos habitantes.

O Volume de Negócios registou a seguinte evolução:

(em euros)

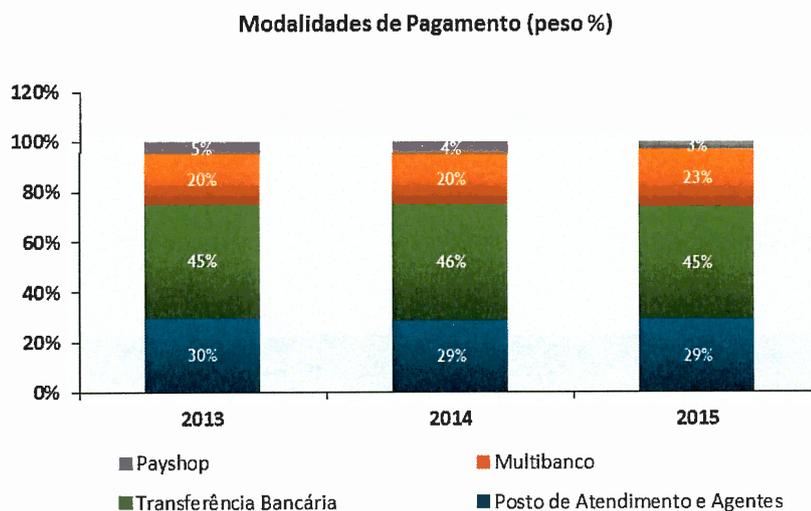
Vendas e Prestações de Serviços	2013	2014	2015	Varição 2014/15
Venda de Água	704.077	641.177	764.034	19,2%
Taxa de Disponibilidade	295.131	310.473	320.220	3,1%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>999.208</b>	<b>951.650</b>	<b>1.084.254</b>	<b>13,9%</b>
Ramais (Abertura)	9.271	15.534	13.997	(9,9%)
Outros Serviços	48.899	51.301	52.105	1,6%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>58.170</b>	<b>66.836</b>	<b>66.102</b>	<b>(1,1%)</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>1.057.377</b>	<b>1.018.486</b>	<b>1.150.356</b>	<b>12,9%</b>

O Volume de negócios da Concessão regista uma variação positiva 12,9% face a 2014. Este incremento resulta essencialmente do aumento da venda de água, com especial incidência na classe doméstica, comércio, indústria e Câmara, minimizada pela redução nas prestações de serviços.

No que se refere a detalhe sobre clientes, a Empresa serviu diversos segmentos dos quais se destaca o segmento doméstico que representa 86,8% dos contratos existentes, sendo responsável pelo consumo de 71,9% da água vendida, seguido da classe comércio e indústria que representam 8,3% dos contratos e 16,2% do volume de água. Em termo de peso, quando comparado com o no anterior verifica-se uma redução na classe doméstica (3,4%) e classe Instituições utilidades públicas (1,1%) em detrimento da classe comércio e indústria e classe Câmara e Juntas de freguesia onde se regista um incremento de 2,1% e 2% respetivamente.

Tipo do Cliente	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	561.354	71,9%	736.217	1,31	6.723	86,8%
Comércio e Indústria	130.579	16,7%	207.229	1,59	645	8,3%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	46.836	6,0%	33.993	0,73	194	2,5%
Instituições de Utilidade Pública	21.295	2,7%	14.599	0,69	70	0,9%
Obras	5.849	0,7%	20.326	3,48	76	1,0%
Outros	14.770	1,9%	30.121	2,04	33	0,4%
<b>Água em Baixa</b>	<b>780.683</b>		<b>1.042.484</b>		<b>7.741</b>	
<b>Água em Alta</b>	<b>130.985</b>		<b>41.770</b>		<b>3</b>	
<b>Total</b>	<b>911.668</b>		<b>1.084.254</b>		<b>7.744</b>	

A nível da modalidade de pagamento, em 2015 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade do posto de atendimento/agentes seguindo-se a modalidade por multibanco. A modalidade de pagamento por Payshop diminuiu 1%, que à semelhança dos anos anteriores, continua a registar valores de aderência manifestamente baixos.



Refira-se ainda que, foram realizadas 285 suspensões de fornecimento e 38 rescisões unilaterais, correspondentes à falta de regularização de dívida de clientes.

### Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Municípios, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Reporte anual da atividade desenvolvida ao nível técnico-comercial, operacional e de qualidade da água.

### Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com as autoridades de Saúde, representada pela figura do seu Delegado e agentes de cobrança.

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2015, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### Análise de Gastos e Rendimentos

*(em euros)*

Demonstração dos Resultados	2013	2014	2015	Var.
				%
Vendas	999.208	951.650	1.084.254	13,9%
Prestações de Serviços	58.170	66.836	66.102	(1,1%)
Volume de Negócios	1.057.377	1.018.486	1.150.356	12,9%
CMVMC	171.884	162.858	151.077	(7,2%)
Fornecimentos e Serviços Externos	481.615	465.551	448.292	(3,7%)
Gastos com o Pessoal	209.823	210.077	208.810	(0,6%)
Outros Resultados Operacionais	19.262	16.536	17.162	3,8%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>213.318</b>	<b>196.536</b>	<b>359.339</b>	<b>82,8%</b>
Amortizações	89.563	93.227	108.996	16,9%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>123.755</b>	<b>103.309</b>	<b>250.343</b>	<b>142,3%</b>
Resultados Financeiros	(94.031)	(36.951)	(23.709)	35,8%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>29.725</b>	<b>66.358</b>	<b>226.634</b>	<b>241,5%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	5.285	8.281	52.259	531,1%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>24.440</b>	<b>58.077</b>	<b>174.375</b>	<b>200,2%</b>

A empresa gerou, no ano de 2015, um Resultado Líquido positivo de 174.375 euros, que representa uma melhoria de 116.298 euros face ao ano anterior. Esta variação deve-se principalmente ao aumento das vendas e prestações de serviços em 132 milhares de euros, e uma melhoria dos resultados financeiros em 13 milhares de euros.

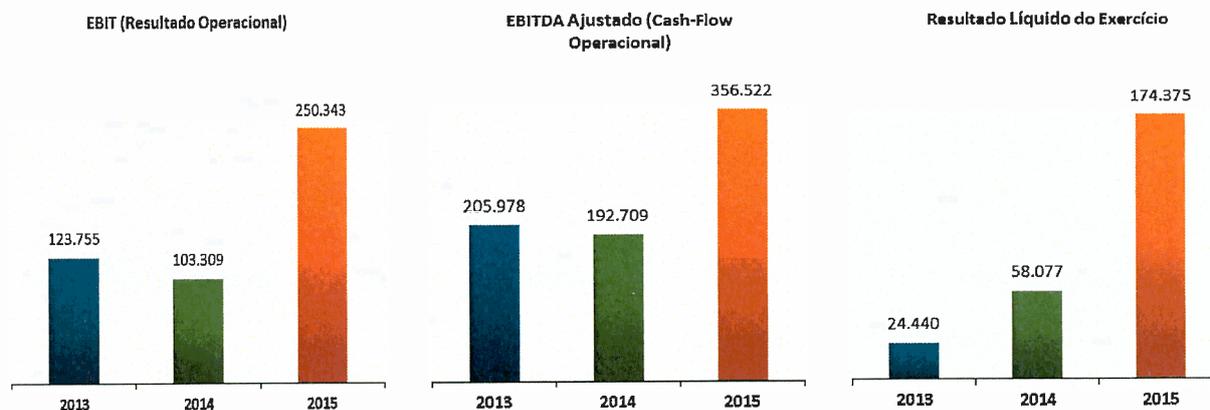
Demonstração dos Resultados	2013	2014	2015	Var.
				%
EBITDA Ajustado ( <i>Cash-Flow</i> Operacional)	205.978	192.709	356.522	85,0%
Margem EBITDA Ajustado	19,48%	18,92%	30,99%	12,1%
EBIT (Resultado Operacional)	123.755	103.309	250.343	142,3%
Margem EBIT	11,70%	10,14%	21,76%	11,6%

EBITDA Ajustado= Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj/ Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional) e o EBIT (Resultado Operacional) registaram um crescimento de 85% e 141% respetivamente.



O volume de negócios apresenta um aumento de 12.9%, que se subdivide em:

- Aumento das vendas em 13.9%: A venda de água aumentou 8.4% face a 2014, com impacto mais significativos dos clientes domésticos e do setor industrial.
- Redução de 1.1% nas prestações de serviços, com maior impacto na abertura de ramais.

A diminuição verificado nos gastos operacionais prende-se essencialmente com (i) decréscimo nos encargos com trabalho temporário (ii) menor **compra de água** como consequência da redução das perdas.

O aumento das amortizações em 16.9% é consequência da depreciação dos intangíveis do contrato de concessão, em função dos caudais faturados.

## Análise do Balanço

*(em euros)*

Balanço	2013	2014	2015	Var.
				%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	657.048	634.935	567.003	(10,7%)
Ativos por Impostos Diferidos	153.456	0	0	
Outros	0	0	37	
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>810.505</b>	<b>634.935</b>	<b>567.040</b>	<b>(10,7%)</b>
Contas a Receber	303.435	306.789	314.446	2,5%
Acionistas/Sócios	500.000	500.000	500.000	0,0%
Outros	334.567	352.547	467.786	32,7%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>1.138.002</b>	<b>1.159.335</b>	<b>1.282.232</b>	<b>10,6%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.948.507</b>	<b>1.794.270</b>	<b>1.849.272</b>	<b>3,1%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>353.885</b>	<b>411.962</b>	<b>586.337</b>	<b>42,3%</b>
Passivos por Impostos Diferidos	151.521	0	0	
Financiamentos Obtidos	916.667	750.000	550.000	(26,7%)
Outros	22.088	18.230	14.822	(18,7%)
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>1.090.276</b>	<b>768.230</b>	<b>564.822</b>	<b>(26,5%)</b>
Financiamentos Obtidos	83.333	200.000	200.000	0,0%
Contas a Pagar	421.014	414.078	498.114	20,3%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>504.347</b>	<b>614.078</b>	<b>698.113</b>	<b>13,7%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.594.623</b>	<b>1.382.308</b>	<b>1.262.935</b>	<b>(8,6%)</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>1.948.507</b>	<b>1.794.270</b>	<b>1.849.272</b>	<b>3,1%</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2015, o montante de 1.85 milhões de euros, valor inferior em 3.1% ao registado no final de 2014.

A redução de 10,7% dos **Ativos não Correntes**, é justificada pela amortização dos ativos intangíveis da concessão. O aumento de 3.1% dos **Ativos Correntes** decorre do incremento das disponibilidades num total de 116 milhares de euros.

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação resultado líquido do exercício.



O total do **Passivo** apresenta no final de 2015 o valor de 1,3 milhões de euros que revela uma redução de 8.6%% face ao ano de 2014. Esta redução é decorrente da amortização das dívidas de médio e longo prazo.

## Indicadores

Os indicadores de rentabilidade aumentaram influenciados pelo resultado líquido alcançado em 2015.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade cresceram favoravelmente.

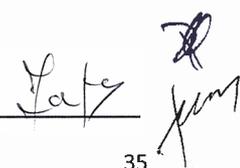
Indicadores	2013	2014	2015	Var.
				p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	6,91%	14,10%	29,74%	15,64%
Rentabilidade do Ativo (%)	1,25%	3,24%	9,43%	6,19%
Autonomia Financeira (%)	18,16%	22,96%	31,71%	8,75%
Solvabilidade (%)	22,19%	29,80%	46,43%	16,62%

## Investimentos

Os investimentos totalizaram um montante total de 42.689 euros, distribuídos da seguinte forma:

*(em euros)*

Investimentos	2013	2014	2015	Variação 14/15
Ativos Intangíveis	106.540	68.565	37.499	(45,3%)
<i>Contadores</i>	46.604	55.649	27.732	(50,2%)
<i>Outros</i>	59.936	12.916	9.767	(24,4%)
Equipamento Básico	1.268	0	0	0,0%
Equipamento Administrativo	957	0	493	0,0%
Equipamento de transporte	0	10.016	3.231	
Outros Tangíveis	15.390	500	1.466	193,2%
<b>Total</b>	<b>124.156</b>	<b>79.081</b>	<b>42.689</b>	<b>(46,0%)</b>



## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O próximo exercício, correspondente ao vigésimo ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão quer pela Concedente quer pela Concessionária.

Como objetivos gerais foram estabelecidos:

- Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;
- Melhorar resultado líquido;
- Reduzir as perdas técnicas;
- Reduzir a percentagem da faturação com consumo Zero;
- Manter uma qualidade da água  $\geq 99\%$  (conforme indicador ERSAR);

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável aumento de rendimentos deverá ser acompanhado pela continuidade no controlo de gastos, sobretudo nos operacionais.

Na vertente técnico operacional, constitui prioridade a continuação do programa de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas  $\leq 18,5\%$ .

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2014, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2015;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2015;
- A sociedade não tem sucursais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

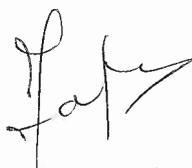
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 174.375 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 8.719 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 165.656 euros para Resultados Transitados.

### O Conselho de Administração



Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 28 de Março de 2016

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 E RESPECTIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.

### BALANÇO

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Quantias em Euros

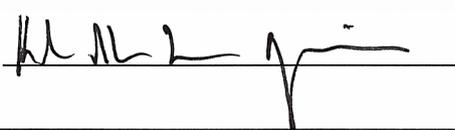
	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	28.494	30.453
Ativos Intangíveis	7	538.509	604.482
Participações Financeiras-Outros Métodos		37	-
		567.040	634.935
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	30.038	30.475
Clientes	13.1	229.500	205.161
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	27.473	50.124
Acionistas/Sócios	13	500.000	500.000
Outras Contas a Receber	13.2	57.473	51.504
Caixa e Depósitos Bancários	4	437.748	322.071
		1.282.232	1.159.335
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.849.272</b>	<b>1.794.270</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.4	625.000	625.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	2.568.918	2.568.918
Reservas Legais	15.3	4.843	1.939
Resultados Transitados	15.3	(2.786.799)	(2.841.972)
Resultados Líquidos do Período	15.3	174.375	58.077
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>586.337</b>	<b>411.962</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	10.508	12.815
Financiamentos Obtidos	13.7	550.000	750.000
Outras Contas a Pagar	13.3	4.314	5.415
		564.822	768.230
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	188.156	137.461
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	59.768	25.594
Financiamentos Obtidos	13.7	200.000	200.000
Outras Contas a Pagar	13.3	250.189	251.023
		698.113	614.078
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.262.935</b>	<b>1.382.308</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>1.849.272</b>	<b>1.794.270</b>



Conselho de Administração




Contabilista Certificado

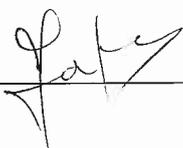


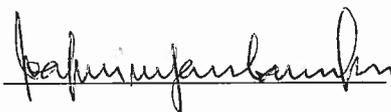
**Águas do Lena, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2015**

Quantias em Euros

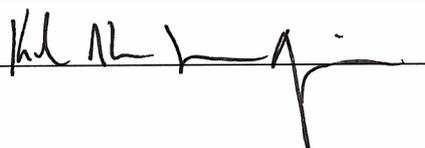
	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	1.150.356	1.018.486
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	11.889	20.754
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(151.077)	(162.858)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(448.292)	(465.551)
Gastos com o Pessoal	14	(208.810)	(210.077)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	2.167	(322)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	650	4.150
Outros Rendimentos e Ganhos	15.4	20.647	14.199
Outros Gastos e Perdas	15.5	(18.191)	(22.245)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>359.339</b>	<b>196.536</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(108.996)	(93.227)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>250.343</b>	<b>103.309</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	30.590	28.799
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(54.299)	(65.750)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>226.634</b>	<b>66.358</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(52.259)	(8.281)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>174.375</b>	<b>58.077</b>

Conselho de Administração





Contabilista Certificado



		Quantias em Euros					
		Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	625.000	2.568.918	717	(2.865.188)	24.439	353.886
	APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
	Constituição da Reserva Legal			1.222		(24.439)	1.222
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			1.222		(24.439)	(1.222)
2							
3	ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
4	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					58.077	58.077
5=3+4	RESULTADO INTEGRAL					58.077	58.077
6	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
7=1+2+3+4+6	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	625.000	2.568.918	1.939	(2.841.972)	58.077	411.962
7	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	625.000	2.568.918	1.939	(2.841.972)	58.077	411.962
	Constituição da Reserva Legal						
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			2.904		(58.077)	2.904
8	ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
9	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					55.173	(2.904)
10	RESULTADO INTEGRAL					55.173	(2.904)
11=9+10	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
12	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	625.000	2.568.918	4.843	(2.786.799)	174.375	586.337

Conselho de Administração

*[Signature]*

Contabilista Certificado

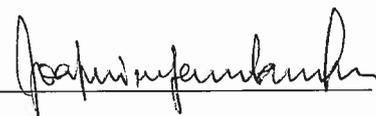
*[Signature]*

Águas do Lena, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2015

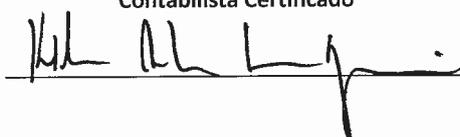
	Quantias em Euros	
	31-12-2015	31-12-2014
<u>Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	1.784.912	1.681.501
Pagamentos a Fornecedores	(677.245)	(810.889)
Pagamentos ao Pessoal	(183.291)	(193.186)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>924.375</b>	<b>677.425</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(9.198)	-
Outros recebimentos / pagamentos	(536.570)	(513.705)
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)</b>	<b>378.607</b>	<b>163.721</b>
<u>Fluxo de caixa das Atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(1.804)	(13.880)
Ativos Intangíveis	(11.769)	(15.886)
	<b>(13.573)</b>	<b>(29.766)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	771	-
	<b>771</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)</b>	<b>(12.801)</b>	<b>(29.766)</b>
<u>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento</u>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	(200.000)	-
	<b>(200.000)</b>	<b>-</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Juros e gastos similares	(50.128)	(59.141)
Outras operações de financiamento	-	(50.000)
	<b>(50.128)</b>	<b>(109.141)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)</b>	<b>(250.128)</b>	<b>(109.141)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>115.677</b>	<b>24.814</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	322.071	297.257
Caixa e seus equivalentes no fim do período	437.748	322.071

Conselho de Administração





Contabilista Certificado





Águas do Lena, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

## ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A., é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

#### Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou

transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º e 2º anos: 498.798 Euros; 3º ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo atualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um conseqüente acréscimo de 8 anos no Contrato, vigorando este até fevereiro de 2020.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve interrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2015 e 2014 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela

Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um

teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2015	2014
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da

produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.



Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

### (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciable sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2015	2014
Direitos de Concessão	19,28%	15,02%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	19,28%	15,02%



O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.



A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima destes montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 25,2% e os 27,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

### (d) Inventários

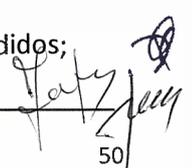
A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;



- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.



#### (e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### (e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### (e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### (e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

#### (f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### (g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

### (h) Rubricas dos Capitais Próprios

#### (h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### (h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

### (i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

#### (i.1) Provisões para investimentos de substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.



## **(j) Outros Passivos Financeiros**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### **(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

### **(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### **(j.3) Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

## **(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação



tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **(m.2) Prestações de Serviços**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.



## (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## (o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

## (p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.





Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### (q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### 3.1 Juízos de valor

#### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

#### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.





Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.



### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

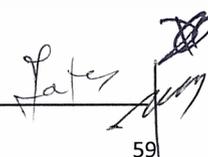
	2015	2014
Caixa	305	400
Depósitos à Ordem	297.444	182.671
Depósitos a Prazo	140.000	139.000
	<b>437.748</b>	<b>322.071</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.





## 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Alcanena</i>	Distribuição de Água	Município de Alcanena
<i>Luságua Ambiente</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

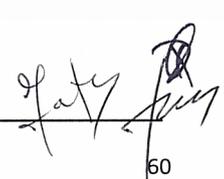
Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial.
<i>Luságua Alcanena</i>	-	Ocupação de espaço
<i>Luságua Ambiente</i>	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
<i>Aquapor Serviços</i>	2015	27.296	137.991	-	14.863	70.837	500.000
	2014	30.575	135.576	-	2.550	18.601	500.000
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2015	-	14.526	-	-	6.630	-
	2014	-	22.642	-	-	1.252	-
<i>Águas da Azambuja</i>	2015	-	-	-	-	630	-
	2014	-	-	-	-	-	-
<i>Luságua Alcanena</i>	2015	-	22.035	-	-	14.177	-
	2014	-	21.515	-	-	6.152	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2015	2014
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	31.255	31.278
Total de remunerações	<b>31.255</b>	<b>31.278</b>



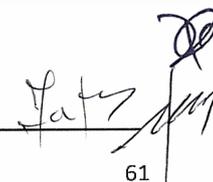


## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	3.291.349	294	67.625	66.706	3.425.974
Aumentos	55.649	-	-	12.916	68.565
Abates	(14.784)	-	-	-	(14.784)
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	3.332.214	294	67.625	79.622	3.479.754
Aumentos	1.479	-	-	36.020	37.499
Transferências	27.931	-	-	(27.931)	-
Abates	(4.215)	-	-	-	(4.215)
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>3.357.409</b>	<b>294</b>	<b>67.625</b>	<b>87.711</b>	<b>3.513.038</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	2.741.635	294	56.121	-	2.798.050
Amortizações	82.309	-	1.728	-	84.037
Abates	(6.817)	-	-	-	(6.817)
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	2.817.127	294	57.849	-	2.875.270
Amortizações	99.961	-	1.885	-	101.846
Abates	(2.588)	-	-	-	(2.588)
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>2.914.500</b>	<b>294</b>	<b>59.734</b>	<b>-</b>	<b>2.974.528</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2015	<b>442.909</b>	-	<b>7.891</b>	<b>87.711</b>	<b>538.509</b>
A 31 de Dezembro de 2014	<b>515.087</b>	-	<b>9.776</b>	<b>79.622</b>	<b>604.482</b>
A 1 de Janeiro de 2014	<b>549.714</b>	-	<b>11.504</b>	<b>66.706</b>	<b>627.922</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.





## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Ativos Tangíveis em curso	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>							
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	19.525	78.252	23.836	89.640	8.613	15.390	235.257
Aumentos	-	-	10.016	-	500	-	10.517
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	19.525	78.252	33.852	89.640	9.113	15.390	245.774
Aumentos	-	-	3.231	493	1.466	-	5.190
Transferências	15.390	-	-	-	-	(15.390)	-
Abates	-	-	(17.893)	(527)	-	-	(18.420)
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>34.915</b>	<b>78.252</b>	<b>19.190</b>	<b>89.605</b>	<b>10.579</b>		<b>232.541</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>							
<b>1 de Janeiro de 2014</b>	19.525	73.274	23.485	81.467	8.381	-	206.132
Amortizações	-	971	2.394	5.592	234	-	9.191
Abates	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	19.525	74.245	25.879	87.059	8.615	-	215.323
Amortizações	1.924	973	2.598	1.392	262	-	7.149
Abates	-	-	(17.893)	(527)	-	-	(18.420)
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>21.449</b>	<b>75.218</b>	<b>10.584</b>	<b>87.924</b>	<b>8.877</b>		<b>204.052</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>							
A 31 de Dezembro de 2015	<b>13.466</b>	<b>3.034</b>	<b>8.606</b>	<b>1.681</b>	<b>1.702</b>	-	<b>28.494</b>
A 31 de Dezembro de 2014	-	<b>4.007</b>	<b>7.973</b>	<b>2.581</b>	<b>498</b>	<b>15.390</b>	<b>30.453</b>
A 1 de Janeiro de 2014	-	<b>4.978</b>	<b>351</b>	<b>8.173</b>	<b>232</b>	<b>15.390</b>	<b>29.126</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2015	2014
contratos de aluguer de viaturas	31.528	5.322
	<b>31.528</b>	<b>5.322</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2015	2014
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	9.022	5.322
Mais de um ano e não mais de cinco anos	22.506	-
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>31.528</b>	<b>5.322</b>





## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2015	2014
Matérias primas, Subs. e de Consumo	30.038	30.475
	<b>30.038</b>	<b>30.475</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

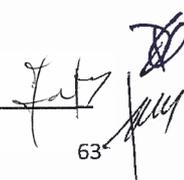
### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2014	37.310
Compras	156.288
Imparidades	-
Regularização de inventários	(265)
Existências em 31 de Dezembro de 2014	(30.475)
	<b>162.858</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2015	30.475
Compras	150.845
Regularização de inventários	(205)
Existências em 31 de Dezembro de 2015	(30.038)
	<b>151.077</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2015	2014
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	764.034	641.177
Quota Serviço Água	320.220	310.473
	<b>1.084.254</b>	<b>951.650</b>
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	15.653	14.848
Abertura Ramais Água	13.997	15.534
Outros	36.451	36.454
	<b>66.102</b>	<b>66.836</b>
	<b>1.150.356</b>	<b>1.018.486</b>





A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Agua, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

### 11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada natureza de provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2014	15.603	15.603
Reversões do ano	(4.150)	(4.150)
Ajustamento temporal	1.362	1.362
A 31 de Dezembro de 2014	<b>12.815</b>	<b>12.815</b>
A 1 de Janeiro de 2015	12.815	12.815
Reversões do ano	(650)	(650)
Ajustamento temporal	(1.658)	(1.658)
A 31 de Dezembro de 2015	<b>10.508</b>	<b>10.507</b>

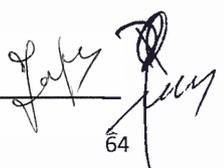
Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos. Os montantes são atualizados anualmente pelo IPC.

### 12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2015	2014
Imposto Corrente		
IRC do ano	52.259	6.346
	52.259	6.346
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	-	1.452
Outros movimentos	-	484
	-	1.936
	<b>52.259</b>	<b>8.282</b>

Não foram reconhecidos no ano qualquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

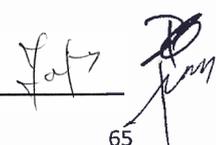




Não houve lançamento de novos impostos e apesar da taxa de IRC ter descido para os 21%, o mesmo não se refletiu na quantia de gastos por impostos diferidos pelo facto deste montante ser a última parcela de imposto a bater, resultante dos impactos contabilísticos da transição para o SNC.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes de impostos	226.634	66.358		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	24,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	50.992	16.257	22,50%	24,50%
Variações patrimoniais positivas	-	406.624		
Variações patrimoniais negativas	-	408.517		
Menos Valias Fiscais	1.686	6.618		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	650	4.150		
	2.336	10.768	(27%)	(4,30%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Prémios de Seguros e contribuições				
Multas, coimas e juros compensatórios	-	-		
Menos Valias Contabilísticas	1.627	6.618		
Provisões para além limites legais	6.077	3.091		
Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	-	988		
Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros	-	6.417		
	7.704	17.114	(27%)	-6,83%
Lucro tributável	232.000	68.811		
Prejuízos Fiscais deduzidos	-	48.168		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	24,00%		
Imposto calculado	48.720	4.954	21%	7,47%
Tributação autónoma	755	772	0%	1,16%
Derrama	2.784	826	1%	1,24%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	-	1.936	0%	2,92%
	3.539	3.534	2%	5,32%
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>52.259</b>	<b>8.282</b>	<b>23%</b>	<b>12,79%</b>





As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

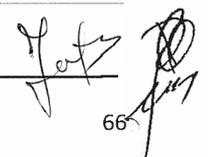
	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2015	2014	2015	2014
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento da Integração Património e Bens Adquiridos (DC 4)	-	-	-	(19.402)
Reconhecimento do Direito de Concessão	-	-	-	(132.598)
Reconhecimento do Investimento de Substituição	-	-	-	(1.456)
	-	-	-	<b>(153.457)</b>
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento do subsídio	-	-	-	(50.069)
Desreconhecimento da renda já entregue à concedente	-	-	-	(101.451)
	-	-	-	<b>(151.521)</b>
			-	<b>(1.936)</b>

Finalizou-se em 2014 o reconhecimento de Impostos Diferidos pelos ajustamentos de transição do POC para o SNC.

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2015	2014
<b>Corrente</b>			
Clientes			
Custo		282.519	260.348
Imparidade		(53.020)	(55.187)
		229.500	205.161
Acionistas			
Outras contas a receber		57.473	51.504
		<b>786.973</b>	<b>756.665</b>
<b>Instrumentos Financeiros Passivos</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos Obtidos			
Outras contas a pagar		550.000	750.000
		4.314	5.415
		<b>554.314</b>	<b>755.415</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Gerais		84.357	96.388
Partes Relacionadas		92.274	26.005
Faturas em receção e conferência		11.525	15.068
		<b>188.156</b>	<b>137.461</b>
Financiamentos obtidos			
Descobertos bancários		200.000	200.000
Outras contas a pagar		250.189	251.023
		<b>638.345</b>	<b>588.484</b>





Instrumentos de Capital	2015	2014
Capital	625.000	625.000
Outros instrumentos de capital	2.568.918	2.568.918
	<b>3.193.918</b>	<b>3.193.918</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2015	282.519	175.527	74.324	4.381	7.089	(1.214)	22.412
Ano 2014	260.348	167.099	88.875	6.280	(48.133)	15.586	32.641

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2015					
Clientes	55.187	2.953	-	(5.121)	53.020
	<b>55.187</b>	<b>2.953</b>	-	<b>(5.121)</b>	<b>53.020</b>
Exercício de 2014					
Clientes	54.864	1.670	-	(1.348)	55.187
	<b>54.864</b>	<b>1.670</b>	-	<b>(1.348)</b>	<b>55.187</b>

### 13.2 Outras contas a receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos à Ordem	602	133
Venda de Água	49.585	43.915
Outros	79	79
Outros devedores		
Outros	7.206	7.377
	<b>57.473</b>	<b>51.504</b>





### 13.3 Outras contas a pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
CM Batalha - Renda Concessão	4.314	5.415
	<b>4.314</b>	<b>5.415</b>
Outras contas a pagar - corrente		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	26.552	24.868
Seguros		
Juros Encargos Liquidar	6.962	9.132
Eletricidade	6.875	6.802
Compra de Água	2.233	2.182
Diversos	6.448	5.645
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	107.401	110.379
CM Batalha resíduos	51.901	55.112
CM Batalha - renda Concessão	2.157	1.083
Outros	39.659	35.819
	<b>250.189</b>	<b>251.023</b>

### 13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

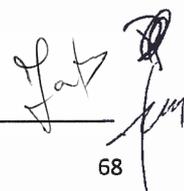
	2015	2014
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625.000	625.000
	<b>625.000</b>	<b>625.000</b>

O capital social emitido é composto por 125.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2015	2014
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2.568.918	2.568.918
	<b>2.568.918</b>	<b>2.568.918</b>





### 13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2015:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval

### 13.7 Financiamentos

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2015	2014
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos bancários		
Caixa Geral de Depósitos	550.000	750.000
	<b>550.000</b>	<b>750.000</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários		
Caixa Geral de Depósitos	200.000	200.000
	<b>200.000</b>	<b>200.000</b>

### 13.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- ▶ Risco de taxa de juro
- ▶ Risco de taxa de câmbio
- ▶ Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez



X

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;

#### 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	162.244	163.934
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	33.813	34.075
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.677	912
Gastos de ação social	7.448	7.705
Outros gastos com o Pessoal	3.627	3.452
	<b>208.810</b>	<b>210.077</b>

Durante o ano de 2015 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 14 (2014: 13 pessoas).

#### 15. Outras Informações

##### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento	257	-
IVA	22.565	43.073
Outros Impostos	4.651	7.051
	<b>27.473</b>	<b>50.124</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	52.259	9.556
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.068	1.733
Contribuição para a Segurança Social	3.721	4.274
Outras Tributações	2.720	10.030
	<b>59.768</b>	<b>25.594</b>



## 15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	717	(2.865.188)	24.439	(2.840.032)
Aplicação de resultados	1.222	23.217	(24.439)	-
Resultado do ano	-	-	58.077	58.077
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1.939</b>	<b>(2.841.972)</b>	<b>58.077</b>	<b>(2.781.955)</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	1.939	(2.841.972)	58.077	(2.781.955)
Aplicação de resultados	2.904	55.173	(58.077)	-
Resultado do ano	-	-	174.375	174.375
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>4.843</b>	<b>(2.786.799)</b>	<b>174.375</b>	<b>(2.607.581)</b>

## 15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Subcontratos	22.867	22.454
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	144.976	149.692
Publicidade e propaganda	150	-
Vigilância e segurança	2.101	1.795
Honorários	2.725	3.079
Comissões	712	747
Conservação e reparação	60.043	59.043
Outros	483	571
Materiais		
Ferramentas e utensílios	395	8
Material de escritório	2.140	1.509
Energia e fluidos		
Eletricidade	88.236	83.228
Combustíveis	11.145	14.341
Água	51	-
Outros Fluidos	4.415	7.357
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	343	254
Transportes de Mercadorias	22	97
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	27.683	30.289
Comunicação	50.272	46.895
Seguros	7.489	7.791
Contencioso e notariado	4.628	7.002
Despesas de representação	178	24
Limpeza, higiene e conforto	3.157	3.343
Outros	14.078	26.033
	<b>448.292</b>	<b>465.551</b>





#### 15.4 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Rendimentos Suplementares		
TRH	4.858	4.741
Outros	3.783	9.119
Ganhos em Inventários	4	-
Imputação de Subsídios para Investimentos	37	-
Outros não especificados	11.965	339
	<b>20.647</b>	<b>14.198</b>

#### 15.5 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Impostos	12.153	12.559
Dívidas incobráveis	4.192	988
Perdas em Inventários	209	265
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	1.627	7.968
Outros		
Outros Não Especificados	10	465
	<b>18.191</b>	<b>22.245</b>

#### 15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

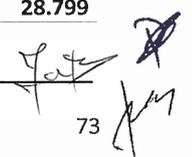
A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	7.149	9.190
Ativos Intangíveis	101.846	84.037
	<b>108.996</b>	<b>93.227</b>

#### 15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Juros Obtidos		
De Depósitos	1.497	275
De Financiamentos concedidos	27.296	28.375
Atraso de pagamento de clientes	113	(0)
Outros Rendimentos Similares	1.684	149
	<b>30.590</b>	<b>28.799</b>





### 15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	46.015	56.107
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	2.817	2.809
Comissões Garantias	5.467	5.472
Outros		1.362
	<b>54.299</b>	<b>65.750</b>

### 15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	11.889	20.754
	<b>11.889</b>	<b>20.754</b>

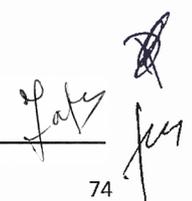
## 16. Aspetos Ambientais

Em 2015 a sociedade não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2015 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

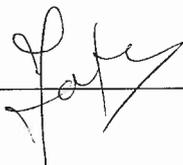
A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 28 de março de 2016. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2015 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.



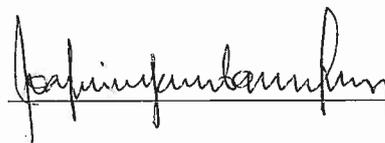
## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

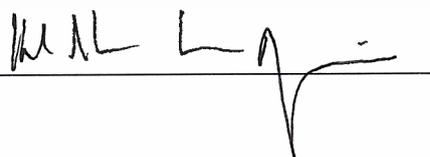
- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2015, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2015, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2016, nos prazos legais.



**Conselho de Administração**



**Contabilista Certificado**



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.849.272 Euros e um total de capital próprio de 586.337 Euros, incluindo um resultado líquido de 174.375 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

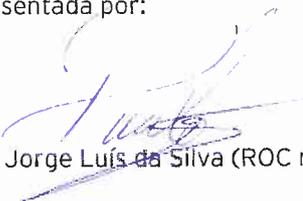
7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Lena, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

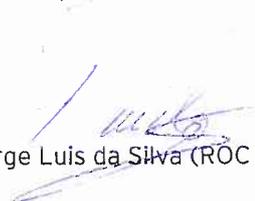
Procedemos à ação de fiscalização da Águas do Lena, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 14 de abril de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)